



Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 1863c715-9b32-4f32-b84c-88f783ca2d0a

BPM

2019

Publicado em março de 2020

Balanço Patrimonial do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município



Documento Assinado Digitalmente por: CIGERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 18c3c715-9b32-4f32-b84c-e8478992d00a



BPM
2019

Balanco Patrimonial do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município

Secretaria Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

Publicado em abril de 2020



APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial do Município (BPM) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimento Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle que deram suporte à elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185 de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo do GG GALVÃO ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E CONSULTORIA EM FINANÇAS PÚBLICAS (GG Galvão)

O Balanço Patrimonial do Município (BPM), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro específico para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e item 6 da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019, conforme anexos X e XIII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização dos da sigla “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2019, observamos que o total do Ativo Circulante (AC) foi de R\$ 25.551.747,25, enquanto o Ativo Não Circulante (ANC) foi de R\$ 29.864.689,83. O Passivo Circulante (PC) apresentou o valor de R\$ 15.391.485,43, enquanto o Passivo Não Circulante (PNC), apresentou o valor de R\$ 12.216.035,00. Utilizando a equação patrimonial, o balanço apresentou Patrimônio Líquido (PL) em 31/12/2019 de R\$ 27.808.916,65 (superavitário).

Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício de 2020, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final de 2019 no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro o valor total de R\$ 5.129.511,57, sendo R\$ -4.156.327,88, em fontes de recursos próprios, e R\$ 9.285.839,45, em fontes de recursos vinculados, os quais serão detalhados nas notas explicativas. A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Prefeito

JOSÉ MAURICIO DA SILVEIRA ALVES
Secretário de Finanças

ELIZABETE NANES DE OLIVEIRA
Diretora de Contabilidade



Documento Assinado Digitalmente por: CIGERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 18c3c715-9b32-4f32-b84c-c84783ca2d0a

BPM
2019

Balço Patrimonial do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município



MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

Rua Afonso Pena, 228 - centro - 55.420-000 - Canhotinho/ PE
CNPJ: 10.132.777/0001-63

Usuário: Bartholomeu Felix	Chave de Autenticação 1463-1007-777	Página 1 / 3
----------------------------	--	-----------------

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2019 até 31/12/2019

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante (Nota 1)	25.551.747,25	22.942.493,26	Passivo Circulante (Nota 13)	15.391.485,43	16.547.996,89
Caixa e equivalentes de caixa (F) (Nota 2)	14.200.056,46	13.009.923,90	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo (Nota 14)	3.328.220,07	4.689.212,87
Créditos a curto prazo (Nota 3)	1.889.659,77	0,00	Empréstimos e financiamentos a curto prazo (Nota 15)	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (F) (Nota 16)	6.431.810,54	6.756.441,35
Clientes	0,00	0,00	Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Créditos de transferências a receber	1.889.659,77	0,00	Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Provisões a curto prazo (Nota 17)	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00	Demais obrigações a curto prazo (F) (Nota 18)	5.631.454,82	5.102.342,67
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00			
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo (Nota 4)	0,00	0,00			
Demais créditos e valores a curto prazo (Nota 5)	3.399.359,80	3.061.792,91			
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo (Nota 6)	5.933.822,27	6.870.776,45			
Estoques (Nota 7)	128.848,95	0,00			
Ativo não circulante mantido para venda	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00	Passivo não Circulante (Nota 19)	12.216.035,00	11.541.432,87
Ativo não Circulante (Nota 8)	29.864.689,83	29.088.186,00	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo (P) (Nota 20)	5.394.307,57	5.340.584,28
Ativo realizável a longo prazo	1.453.646,36	2.975.907,09	Empréstimos e financiamentos a longo prazo (Nota 21)	0,00	0,00
Créditos a longo prazo (Nota 9)	89.613,87	2.975.907,09	Fornecedores e contas a pagar a longo prazo (Nota 22)	12.078,07	12.078,07
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Provisões a longo prazo (Nota 23)	6.809.649,36	6.188.770,52
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Demais obrigações a longo prazo (Nota 24)	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	922.562,22	2.975.907,09	Resultado diferido	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00			
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo (Nota 10)	-832.948,35	0,00			
Demais créditos e valores a longo prazo	1.364.032,49	0,00	TOTAL DO PASSIVO	27.607.520,43	28.089.429,76
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00			
Investimentos	0,00	0,00			
Participações permanentes	0,00	0,00			
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00			
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Propriedades para investimentos	0,00	0,00			
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00			
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Imobilizado (Nota 11)	28.411.043,47	26.112.278,91			
Bens móveis (P)	9.979.681,53	9.041.289,43			

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social/capital social	0,00	3.064.877,16
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas	0,00	0,00
Resultado acumulado	27.808.916,65	20.876.372,34
Resultado do exercício (P)	3.867.667,15	7.990.744,87
Resultado de exercícios anteriores (P)	23.941.249,50	12.885.627,47
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Outros resultados	0,00	0,00
Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.808.916,65	





MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

Rua Afonso Pena, 228 - centro - 55.420-000 - Canhotinho/ PE
CNPJ: 10.132.777/0001-63

Usuário: Bartholomeu Felix	Chave de Autenticação 1463-1007-777	Página 2 / 3
----------------------------	--	-----------------

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2019 até 31/12/2019

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis	-15.262,58	-10.987,54			
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00			
Bens imóveis	18.446.624,52	16.938.986,02			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00			
Intangível (Nota 12)	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
TOTAL	55.416.437,08	52.030.679,26	TOTAL	55.416.437,08	52.030.679,26
ATIVO FINANCEIRO (Nota 26)	20.511.347,10	20.258.168,72	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 28)	15.381.835,53	21.081.751,86
ATIVO PERMANENTE (Nota 27)	34.905.089,98	31.772.510,54	PASSIVO PERMANENTE (Nota 29)	12.225.684,90	11.541.432,87
SALDO PATRIMONIAL (Nota 30)				27.808.916,65	19.407.494,53

COMPENSAÇÕES

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos atos potenciais do ativo			Saldo dos atos potenciais do passivo (Nota 31)		
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	356.081,72	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	356.081,72	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	356.081,72	0,00





MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

Rua Afonso Pena, 228 - centro - 55.420-000 - Canhotinho/ PE
CNPJ: 10.132.777/0001-63

Usuário: Bartholomeu Felix	Chave de Autenticação 1463-1007-777	Página 3 / 3
----------------------------	--	-----------------

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Nota 32)

00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-4.156.327,88	-7.288.699,62
01 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	-2.694.597,34	-3.018.927,40
02 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE	-1.699.699,39	-1.735.750,74
03 - CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS (PATRONAL, SERVIDORES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA)	0,00	6.235.658,09
04 - CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS (PATRONAL, SERVIDORES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA)	5.599.692,32	0,00
18 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO)	-1.084.540,05	-1.272.003,02
19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	-1.368.992,92	-752.452,19
32 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/EDUCAÇÃO	-19.707,94	-19.826,11
33 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE	0,00	101.201,40
34 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)	22.730,55	-1.431.154,65
35 - TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	-455.844,37	-356.212,54
36 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	-111.233,16	-215.221,64
37 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIOS)	10.906.468,99	10.165.000,58
38 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	-929.762,72	-1.235.195,30
80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	1.121.325,48	0,00
TOTAL	5.129.511,57	-823.583,14

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Canhotinho , Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho , Fundo Municipal de Assistência Social de Canhotinho, Instituto de Previdência de Canhotinho - IPREC, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho , Instituto de Previdência de Canhotinho - IPREC - CANCELADA

Felipe Porto de Barros Wanderley Lima

Prefeito
073.956.324.60 (assinado digitalmente)

Wilmar Pires Bezerra

Contador
CRC PE 015662/O-2 (Assinado Digitalmente)

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA

Accesse em: <https://eic:ice:pe.gov.br/ep/validaDoc.seam?codigoDoDocumento:18c3c715-9b32-4f32-b84c-c84783ca2d0a>



BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).
- A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 066/2019.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, baseados nas informações disponibilizadas pelo LICON do TCE-PE, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

Código/Descrição da Fonte/Destinação de Recursos	
Código	Fonte de Recurso - Id-Usso
1	Recursos Próprios - 0.1.00
2	Impostos e Transferências MDE - 0.1.01
3	Impostos e Transferências Saúde - 0.1.02
4	FUNDEB 60% - 0.1.18
5	FUNDEB 40% - 0.1.19
6	Complementação da União ao FUNDEB 60% - 0.1.18
7	Complemento da União ao FUNDEB 40% - 0.1.19
8	Salário - Educação - 0.1.36
9	PCOE - Programa Dinheiro Direto na Escola - 0.1.37
10	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - 0.1.37
11	PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - 0.1.37
12	Outras Transf. do FNDE - 0.1.37
14	Convênio - Saúde - 0.1.33
15	Recursos Transferidos pela FNAS - 0.1.35
19	Atenção Básica - 0.1.38
20	Atenção de Média e Alta Complexidade - 0.1.38
21	Assistência Farmacêutica - 0.1.38
22	Vigilância em Saúde - 0.1.38
24	Gestão do SUS - 0.1.38
25	Outros Recursos Transferidos pelo SUS - 0.1.38
26	Recursos Próprios FEM - 0.1.00
28	Outros Convênios - 0.1.34
30	Alienação de Bens - 0.1.00
91	Contribuições Previdenciárias - Fundo Previdenciário - 0.1.03
95	Contribuições Previdenciárias - Fundo Financeiro - 0.1.04
96	Taxa de Administração RPPS - Fundo Financeiro - 0.1.04
97	Taxa de Administração RPPS - Fundo Previdenciário - 0.1.03

- Em atendimento a Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TCE-PE nº 066/2019, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesso em: <https://tce.tce-pe.gov.br/epj/validarDocumento.aspx?CodigoDoDocumento=18371590324132484c684783ca2d0a>

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

- (PCASP). Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
 - Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
 - A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
 - As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
 - As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
 - O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.
 - As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
 - Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30) foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.
 - As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
 - As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
 - As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.
 - Em atendimento as exigências previstas na Portaria MP nº 509/2013, as contas classificadas como “Provisões Matemáticas Previdenciárias”, foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 00, dentre os quais a mensuração a valor presente. Estes registros intitulados de “passivos atuariais”, referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário Sr.: Alcir Antônio de Azevedo, MIBA nº 548. Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2019, seguindo os critérios destacados na Nota 23 das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

b.3.Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Documento Assinado Digitalmente por: CIGERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesso em: https://tce.tce.tce.pe.gov.br/epf/validarDocumento.aspx?codigo_documento=183715903241321684c64783ca2d0a

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Documento Assinado Digitalmente por: CIGERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesso em: <https://tce.tce.tce.pe.gov.br/epi/validarDocumento.aspx?CodigoDoDocumento=1832715903241324084c684783ca2a0a>

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as “provisões matemáticas previdenciárias” comentadas a seguir na Nota 23 das referências cruzadas.

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2019
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante (Nota 1)	25.551.747,25	22.942.493,26
Caixa e equivalentes de caixa (F) (Nota 2)	14.200.056,46	13.009.923,90
Créditos a curto prazo (Nota 3)	1.889.659,77	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Créditos de transferências a receber	1.889.659,77	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo (Nota 4)	0,00	0,00
Demais créditos e valores a curto prazo (Nota 5)	3.399.359,80	3.061.792,91
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo (Nota 6)	5.933.822,27	6.870.776,45
Estoques (Nota 7)	128.848,95	0,00
Ativo não circulante mantido para venda	0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2019 foram de **R\$ 25.551.747,25**, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesso em: https://tce.tcece.pe.gov.br/epi/validar_documento--18c3e715-9b32-4132-b84c-c84783c3240a

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2019 somam **R\$ 14.200.056,46**. Em 2018 o valor foi de **R\$ 13.009.923,90**.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Câmara Municipal de Vereadores	51,78	5.868,26
Prefeitura Municipal	12.923.789,70	12.159.263,16
Fundos Municipal de Saúde (FMS)	1.230.730,00	817.322,47
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	45.484,98	27.470,01
RPPS	0,00	0,00
Total	14.200.056,46	13.009.923,90

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	1.889.659,77
Dívida ativa tributária (2)	0,00
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
TOTAL	1.109.827,81

(1) Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado como "Créditos de Transferência a Receber" no valor de **R\$ 1.889.659,77**, referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pelo FNDE no valor de **R\$ 0,00** e do FNAS no valor de **R\$ 0,00** e demais **R\$ 1.109.827,81**. Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício de 2020, conforme estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. O registro da receita por competência foi realizado. Os valores dos avisos de crédito estão disponíveis na internet nos seguintes endereços eletrônicos: FNDE – www.fnde.gov.br / FNAS – <http://mds.gov.br/>.

(2) Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO: Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo

Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	377.468,37	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	377.468,37	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	3.021.891,43	P
Subtotal	3.021.891,43	P
TOTAL	3.399.359,80	

Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de **R\$ 5.933.822,27**, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 7) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2018 foi de **R\$ 0,00** e as incorporações em 2019 somam **R\$ 128.848,95**. As baixas de estoque informadas pelo setor de almoxarifado totalizaram **R\$ 0,00**.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE:

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
 Acesso em: <https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validador/validadorDoc.aspx?Codigo=documento-1832715-9632-4732-8684-c84783ca2a0a>

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque	0,00
Valor classificado em outras contas específicas da entidade	0,00
Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos	0,00
Citar as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a reversão da redução de estoques:	
Não houve reversão da redução do estoque.	

Ativo não Circulante (Nota 8)	29.864.689,83	29.088.186,00
Ativo realizável a longo prazo	1.453.646,36	2.975.907,09
Créditos a longo prazo (Nota 9)	89.613,87	2.975.907,09
Créditos tributários a receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	922.562,22	2.975.907,09
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo (Nota 10)	-832.948,35	0,00
Demais créditos e valores a longo prazo	1.364.032,49	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações permanentes	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Propriedades para investimentos	0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Imobilizado (Nota 11)	28.411.043,47	26.112.278,91
Bens móveis (P)	9.979.681,53	9.184.280,43
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis	-15.262,58	-10.987,54
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00
Bens imóveis	18.446.624,52	16.938.986,02
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00
Intangível (Nota 12)	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
TOTAL	55.416.437,08	52.030.679,26

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam **R\$ 29.864.689,83**.

Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de **R\$ 89.613,87**, corresponde a **R\$ 922.562,22** de Dívida Ativa Tributária e **R\$ 0,00** da Dívida Ativa Não Tributária, abatido o valor de **R\$ -832.948,35**, relativo ao ajuste para perdas.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: O valor registrado para "Ajustes para Perdas de Créditos Tributários" foi de **R\$ -832.948,35**. Na ausência de informações do setor de tributação, o ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos quatro exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

Descrição	2016	2017	2018	2019
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	1.327.930,18	1.417.097,44	1.469.037,99	1.423.495,42
Valor Arrecadado no ano	77.391,21	272.421,07	45.542,57	152.347,35
Percentual de Arrecadação	5,83%	19,22%	3,10%	10,70%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	94,17%	80,78%	96,90%	89,30%

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2019 **R\$ 922.562,22**
Ajuste para Perda da Dívida Ativa Tributária (Longo Prazo) **R\$ 832.948,35**

Nota 11) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2018 totalizou **R\$ 26.112.278,91**. No exercício de 2019 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de **R\$ 2.298.764,56**, sendo **R\$ 795.401,10**, de bens móveis e **R\$ 1.507.638,50** de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2018 mais as incorporações de 2019, menos as baixas no valor de **R\$ 0,00**, temos o saldo ao final de **R\$ 28.411.043,47**. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de **R\$ 15.262,58** que retifica o ativo imobilizado.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

Descrição	Valor (R\$)	
	2019	2018
Bens móveis	9.979.681,53	9.184.280,43
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(15.262,58)	(10.987,54)
Bens imóveis	18.446.624,52	16.938.986,02
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	28.411.043,47	26.112.278,91

Nota 12) INTANGÍVEL: O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante (Nota 13)	15.391.485,43	16.547.996,89
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo (Nota 14)	3.328.220,07	4.689.212,87
Empréstimos e financiamentos a curto prazo (Nota 15)	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (F) (Nota 16)	6.431.810,54	6.756.441,35
Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Provisões a curto prazo (Nota 17)	0,00	0,00
Demais obrigações a curto prazo (F) (Nota 18)	5.631.454,82	5.102.342,67

Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2019 foram de **R\$ 15.391.485,43**. O índice de liquidez corrente, excluído o RPPS, em 2019 foi de 1,10. Ou seja, para cada **R\$ 1,00** de dívida de curto prazo a entidade possui **R\$ 1,10** de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de **1,09** e o índice de liquidez imediata é **0,92**, já excluídas as disponibilidades e os passivos do RPPS.

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesso em: <https://tce.tcece.pe.gov.br/pepp/validarDoc.aspx?documento=18c3c715-9032-4132-b84c-c84783ca2a0a>

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final de 2019 foi de **R\$ 3.328.220,07**. Enquanto em 2018 foi de **R\$ 4.689.212,87**.

Segregação dos passivos com os atributos "F" e "P":

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	293.994,02	F
Encargos Sociais a Pagar	3.034.226,05	F
Subtotal	3.328.220,07	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	
TOTAL	3.328.220,07	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Não houve empréstimo e financiamento a curto prazo.

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2019 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 6.431.810,54**, relativo a fornecedores e contas a pagar. O saldo total dos restos a pagar em 2018 foi de **R\$ 6.756.441,35**.

Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Não houve provisões de curto prazo durante o exercício

Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações **R\$ 5.631.454,82**, e depósitos não judiciais **R\$ 0,00**, totalizando **R\$ 5.631.454,82**. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se a seguir:

DEPOSITOS				
2.1.8.8.1.01.02.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	3.001.199,81	1.240.420,63	800.404,94	3.441.215,50
4 - INSS FOPAG - CM	0,00	99.612,36	99.612,36	0,00
5 - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇO PESSOA FÍSICA - CM	0,00	3.173,17	3.173,17	0,00
45 - INSS Pessoa Física	397.267,59	103.098,22	0,00	500.365,81
45 - INSS - Prestador de Serviço Pessoa Física	1.073.692,13	193.378,77	0,00	1.267.070,90
46 - INSS - Prestador de Serviço Pessoa Jurídica	608.168,21	73.314,46	0,00	681.482,67
47 - INSS Servidor	1.186,00	8.132,67	8.411,07	907,60
47 - INSS - Servidor	447.756,05	402.002,56	455.669,80	394.088,81
48 - INSS - Transporte	1.649,36	0,00	0,00	1.649,36
96 - INSS - Servidor	173.726,80	205.478,14	231.098,54	148.106,40
97 - INSS - Prestador de Serviço Pessoa Jurídica	34.917,31	0,00	0,00	34.917,31
98 - INSS - Prestador de Serviço Pessoa Física	261.241,10	149.418,53	0,00	410.659,63
106 - INSS - Prestador de Serviços	599,50	288,42	0,00	887,92
10014 - INSS	995,76	2.523,33	2.440,00	1.079,09
2.1.8.8.1.01.03.00.00.00 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	0,00	23.272,21	23.272,21	0,00
7 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE CANHOTINHO - FOPAG - CM	0,00	23.272,21	23.272,21	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	806.789,58	1.016.935,31	1.072.786,50	750.938,39
7 - I.R.R.F	2.897,55	170,03	3.067,58	0,00
8 - IMPOSTO DE RENDA FOPAG - CM	0,00	69.242,14	69.242,14	0,00
10 - IRRF PRESTADOR DE SERVIÇO PESSOA JURÍDICA - CM	0,00	845,54	845,54	0,00
33 - Imposto de Renda sobre Rendimentos do Trabalho	4.156,35	2.587,85	0,00	6.744,20
34 - Imposto de Renda sobre outros Rendimentos	133,50	0,00	0,00	133,50
99 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	389.640,06	422.200,88	265.404,43	546.436,51
104 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Outros Rendimentos	4.828,41	63.955,26	0,00	68.783,67
10015 - I.R.F.F	404.884,71	144.823,40	420.867,60	128.840,51
33288 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	0,00	293.320,13	293.320,13	0,00
33289 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	249,00	19.790,08	20.039,08	0,00
2.1.8.8.1.01.08.00.00.00 - ISS	156.486,78	345.925,60	222.164,16	280.248,22
11 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISQN - CM	0,00	1.433,25	1.433,25	0,00
35 - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	115.157,71	53.736,52	0,00	168.894,23
105 - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	27.561,87	68.810,92	0,00	96.372,79
10016 - ISS	13.767,20	1.214,00	0,00	14.981,20
33290 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza	0,00	220.730,91	220.730,91	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesso em: <https://tce.tcece.pe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=1832715-9032-4132-2084-c84783ca2a20a>

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?codigo_documento=1832715-9032-4732-684c-684783ca2a0a

2.1.8.8.1.01.10.00.00.00 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	3.981,72	92.157,66	87.206,70	8.932,68
12 - PENSÃO ALIMENTÍCIA - CM	0,00	7.163,97	7.163,97	0,00
49 - Pensão Alimentícia	1.794,10	40.820,10	37.789,66	4.824,54
55 - Pensão Alimentícia - Maria Luci Silva Ferreira	0,00	7.008,36	7.008,36	0,00
56 - Pensão Alimentícia - Fabiane Pereira Marques	0,00	12.296,78	12.296,78	0,00
57 - Pensão Alimentícia - Eliene da Silva Correia	0,00	10.448,73	10.448,73	0,00
108 - Pensão Alimentícia	1.933,49	7.974,29	7.499,64	2.408,14
137 - Pensão Alimentícia - Luciene Alves da Silva	137,98	1.495,95	1.633,93	0,00
138 - Pensão Alimentícia - Maria Leticia Marinho	116,15	1.299,48	1.415,63	0,00
33384 - MARIA DE LOURDES GOMES VILELA	0,00	3.400,00	1.700,00	1.700,00
33385 - ERIVANIA ANDRADE DA SILVA	0,00	250,00	250,00	0,00
2.1.8.8.1.01.15.00.00.00 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	68.457,23	1.787.152,67	1.704.783,49	150.826,41
14 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CM	0,00	107.231,35	107.231,35	0,00
42 - Empréstimos Consignado - Banco do Brasil	15.447,12	652.755,92	608.137,84	60.065,20
42 - Empréstimo Consignado - Banco do Brasil	1.134,58	11.602,26	11.581,64	1.155,20
95 - Empréstimo Consignados - Banco do Brasil	10.055,62	267.624,28	248.352,99	29.326,91
103 - Empréstimo Consignados - Caixa	29.213,85	176.747,04	193.828,11	12.132,78
128 - Empréstimo Consignado - Bradesco	2.290,86	3.054,48	0,00	5.345,34
272 - Empréstimo Consignado - BMG	234,18	0,00	0,00	234,18
290 - Empréstimo Consignado - Gerador	451,84	0,00	0,00	451,84
321 - Empréstimo consignado - Caixa Economica	1.060,75	562.176,17	528.498,12	34.738,80
321 - Empréstimo Consignado Caixa Economica	3.410,63	4.468,49	5.785,15	2.093,97
373 - EMPRESTIMO CONSIGNADO - BRADESCO	1.064,59	1.492,68	1.368,29	1.188,98
9092 - Empréstimo Consignado - Bradesco	4.093,21	0,00	0,00	4.093,21
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00 - OUTROS CONSIGNATARIOS	1.065.427,55	2.445.149,83	2.511.283,76	999.293,62
5 - IPREC	0,00	2.772,52	2.772,52	0,00
6 - CONSIGNAÇÃO BANCO DO BRASIL	3.965,74	3.370,87	7.336,61	0,00
8 - EMPRESTIMO CONSIGNADO CAIXA	7.587,76	1.449,30	9.037,06	0,00
18 - PLANO TIM LIBERT EMPRESA - CM	0,00	6.744,89	6.744,89	0,00
19 - SALÁRIO FAMÍLIA - RPPS - CM	0,00	229,60	229,60	0,00
30 - Taxa de Expediente	1.251,10	214,00	0,00	1.465,10
35 - IPREC - Instituto Previdenciário de Canhotinho	406.241,57	372.427,58	352.454,06	426.215,09
36 - Salário Família	1.249,11	24.523,76	24.487,79	1.285,08
44 - SINTEPE - Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Pernambuco	33.016,77	1.259,69	0,00	34.276,46
46 - Empréstimo Consignado CEF - PM	4.417,47	0,00	4.417,47	0,00
47 - TAXA DE EXPEDIENTE	0,00	175,77	175,77	0,00
50 - Previdência Própria (IPREC)	18.828,55	15.201,55	23.917,34	10.112,76
50 - Previdência Própria (IPREC)	259.155,04	990.483,70	1.015.488,46	234.150,28
66 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	732,24	0,00	732,24	0,00
82 - Licença Maternidade	9.256,80	0,00	0,00	9.256,80
133 - Plano de Saúde	175,00	0,00	0,00	175,00
150 - Imposto Sindical	15.632,33	0,00	0,00	15.632,33
150 - Imposto Sindical	2.164,97	0,00	0,00	2.164,97
287 - Sindupron-PE - Sindicato Único dos Professores Municipais - PE	550,08	8.667,30	7.252,98	1.964,40
292 - FUNAFIN	20.350,00	0,00	0,00	20.350,00
338 - Salário Família INSS	715,14	1.148,00	1.148,00	715,14
338 - Salário-Família - INSS	31,71	7.573,02	3.385,73	4.219,00
339 - Salário Família - IPREC	398,13	623,20	623,20	398,13
339 - Salário-Família - Antes 01/2009	2.285,67	8.560,80	9.846,96	999,51
340 - Salário-Família - Depois 01/2009	2.233,40	16.815,76	17.608,51	1.440,65
9140 - Licença Maternidade	0,00	9.650,99	0,00	9.650,99
10032 - IPREC	0,00	18.709,27	0,00	18.709,27
10033 - IMPOSTO SINDICAL	198,60	0,00	0,00	198,60
10036 - CONSIGNAÇÃO BB	54.969,98	670.008,82	723.123,82	1.854,98
10038 - SINDUPROM-PE	97,00	8.860,91	8.909,41	48,50
10041 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	18.000,00	13.000,00	14.000,00	17.000,00
10047 - EMPRESTIMO CONSIGNADO CAIXA	48.861,39	255.461,94	276.807,67	27.515,66
10048 - SINTEPE	59,16	0,00	0,00	59,16
10071 - Contribuição de Servidores Ativo Civil - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
10072 - CONSIGNAÇÃO BANCO GERADOR	605,56	0,00	0,00	605,56
10073 - PAGAMENTO INDEVIDO	0,00	0,00	500,00	-500,00
10125 - Empréstimos Consignado CEF - PM	96.655,93	0,00	0,00	96.655,93
10144 - EMPRESTIMO CONSIGNADO BB - Banco do Brasil	15.780,97	283,67	283,67	15.780,97
33376 - Licença Maternidade	39.960,38	6.932,92	0,00	46.893,30
2.1.8.8.1.99.00.00.00.00 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	0,00	407,12	407,12	0,00
63 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	407,12	407,12	0,00
SUBTOTAL	5.102.342,67	6.951.421,03	6.422.308,88	5.631.454,82

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

A seguir será analisado o quadro do passivo não circulante. Vejamos:

Passivo não Circulante (Nota 19)	12.216.035,00	11.541.432,87
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo (P) (Nota 20)	5.394.307,57	5.340.584,28
Empréstimos e financiamentos a longo prazo (Nota 21)	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo (Nota 22)	12.078,07	12.078,07
Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Provisões a longo prazo (Nota 23)	6.809.649,36	6.188.770,52
Demais obrigações a longo prazo (Nota 24)	0,00	0,00
Resultado diferido	0,00	0,00

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2019 somam **R\$ 12.216.035,00**, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de **R\$ 5.394.307,57** compreende os Parcelamentos existentes relativos ao INSS, RPPS dentre outros, conforme valores representados na tabela:

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	0,00
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	1.491.930,47
Débito Parcelado – INSS	3.902.377,10
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Outros (Especificar)	0,00
Total	5.394.307,57

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): Não Houve empréstimos e financiamentos a longo prazo.

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO): Ao final do exercício de 2019 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 12.078,07**, relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões totalizaram R\$ 6.809.649,36, que são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas. O cálculo atuarial foi feito pelo Atuário Sr. Alcir Antônio de Azevedo, MIBA nº 548. Avaliação Ano Base: 2019. Data base: 31/12/2018.

DETALHAMENTO DAS PROVISÕES EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO: Provisões Matemáticas Previdenciárias	VALOR (R\$)
a) valor contábil do início do período	411.982,24
b) valor contábil do final do período	6.809.649,36
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes	587.873.596,15
d) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período	594.271.263,27
e) valores não utilizados revertidos durante o período	0,00
f) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto	0,00
g) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços	
BREVE DESCRIÇÃO: Constituição de saldo de Provisões Matemáticas Previdenciárias. O Passivo atuarial do RPPS é representado pelas provisões matemáticas previdenciárias, que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios, avaliados em regime de capitalização.	
g) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

h) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00
--	------

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

PLANO FINANCEIRO	R\$ 6.809.649,36
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 45.124.366,68
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 90.248.733,37
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 45.124.366,69
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 82.212.149,47
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 120.594.210,44
(-) Contribuição do Ente	R\$ 26.115.687,90
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 10.700.851,78
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 1.565.521,29
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Plano de Amortização	R\$ 120.526.866,79
(-) Outros Créditos	R\$ 120.526.866,79
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$ 0,00
Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	R\$ 0,00

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE APOORTE PARA DÉFICIT ATUARIAL:

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validarDocumento.aspx?codigo_documento=1832715-9032-4f32-684c-684783ca2a0a

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
 Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validarDoc?doc=camCodigo-do-documento--18c3c715-9b32-4f32-b64c-c84783ca2a0a

PARECER ATUARIAL

A avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, com base nos dados informados pela Prefeitura/RPPS, conforme quadro abaixo resultou em uma alíquota total uniforme de contribuição previdenciária de **132,07%**, para custear os compromissos dos futuros beneficiários dos servidores ativos efetivos e os atuais beneficiários dos inativos e pensionistas sem considerar o equacionamento do déficit atuarial.

Alíquotas		Descrição
Básica	51,65%	Alíquota de contribuição previdenciária pura
Custo Suplementar	80,42%	Alíquota de contribuição do tempo passado Uniforme
Total	132,07%	Alíquota total de contribuição sem a Taxa de Administração

Como podemos observar a situação do RPPS não é salutar necessitando um sacrifício maior do Ente Federativo, como podemos observar abaixo:

Considerando o equacionamento não linear, teremos para os primeiros 5 anos a alíquota total de **33,00%** já acrescida da alíquota do custo normal de **33,00%**, custo suplementar de **5,00%**, sem a taxa de administração que é incidente sobre a folha dos servidores ativos efetivos e a folha de benefícios dos aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS, devendo ser definida em Lei ou Decreto um percentual entre **0% e 2,00%**, de responsabilidade do Ente Federativo, para custear as despesas administrativas do RPPS, sem utilizar o percentual da taxa de administração temos de alíquota contributiva: **27,00%** a parte do Ente e **11,00%** a parte o servidor.

No quadro abaixo, estão contidos os dados que também contribuíram, para obtenção da alíquota de contribuição previdenciária:

Massa dos Servidores Ativos	
Beneficiários Ativos Masculinos	184
Beneficiários Ativos Femininos	360
Total Beneficiários Ativos	544
Idade Média Serv Ativos	48
Idade Média Serv Ativos	48
Idade Média Total	48
Tempo Médio Serviço no Ente	15,00
Tempo Médio Contribuição RPPS	13,00
Tempo Médio Contribuição RPPS	13,00
Salário Médio Masculino Mensal	R\$ 1.821,23
Salário Médio Feminino Mensal	R\$ 1.822,82
Salário Médio Total Mensal	R\$ 1.720,68
Salário Total Mensal	R\$ 936.046,69

Massa dos Inativos e Pensionistas	
Instituto por Tempo de Contribuição	212
Instituto por Idade	68
Instituto Remuneratório	1
Instituto por Invalidez	21
Pensionistas	58
Idade Média Total Inativos	64
Idade Média Total Pensionistas	62
Salário Médio Total Instituto Mensal	R\$ 1.767,38
Salário Total Inativos Mensal	R\$ 928.618,32
Salário Médio Total Pensionistas	R\$ 1.421,17
Salário Total Pensionistas	R\$ 81.162,07
Salário Médio Total Mensal	R\$ 1.721,14
Salário Total Mensal	R\$ 876.880,39

Os dados acima mencionados foram extraídos do banco de dados apresentado pela Prefeitura Municipal/RPPS, na data focal, que deu origem ao quadro abaixo de equacionamento do déficit:

Período	Alíquota Contribuição - Custo Normal Total Mensal	Alíquota Contribuição - Custo Suplementar Total Mensal	Alíquota Contribuição - Total Mensal	Alíquota Contribuição Ente/Prefeitura - Total Mensal	Alíquota de Contributiva do Servidor - Total Mensal	Taxa Administração acrescer na parte do Ente de 0% até 2%
2018 = 2022	33,00%	5,00%	38,00%	27,00%	11,00%	2%
2023 = 2027	33,00%	7,50%	40,50%	29,50%	11,00%	2%
2028 = 2032	33,00%	11,25%	44,25%	33,25%	11,00%	2%
2033 = 2037	33,00%	20,13%	61,13%	50,13%	11,00%	2%
2038 = 2042	33,00%	34,30%	117,30%	106,30%	11,00%	2%
2043 = 2044	33,00%	263,13%	286,13%	275,13%	11,00%	2%

A população estudada mostra um período de acumulação de reservas de quem já cumpriu **10 anos** carência legal de serviço público, ou seja, tem **15 anos** médios no serviço público e **26 anos** de tempo médio total de serviço estimado.

A projeção de hoje são, que **20** servidores ativos efetivos do sexo feminino e **66** do sexo masculino da população ativa, podem, teoricamente, solicitar a passagem para a inatividade, o que acarretará um aumento da folha dos assistidos.

Foi satisfatória a base de dados utilizada na avaliação atuarial e os cálculos foram realizados considerando a existência de Patrimônio (saldo de conta corrente + mais aplicações financeiras + dano de pagamento + saldo devedor de parcelamento) no valor de **R\$ 8.436.297,74**, cujo valor constituído é relevante e influencia no resultado, pois reduz ou aumenta o valor do déficit atuarial necessária para o equilíbrio atuarial e financeiro do RPPS.

A Reserva Total Matemática de Benefício a Conoeder montam **R\$ 120.594.210,44**, deduzindo as contribuições futuras (Ente e Servidor) de **R\$ 36.755.412,60** e a estimativa da

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

compensação previdenciária de **R\$ 0,00** a Reserva de Benefício a Conceder calculado monta em **R\$83.838.797,84**.

A Reserva Total Matemática de benefício concedido montam em **R\$ 90.248.733,37** deduzindo a compensação previdenciária de **R\$ -** e as contribuições futuras (Ente e Servidor) de **R\$ 0,00** resulta em uma Reserva de Benefício Concedido de **R\$ 90.248.733,37**.

Considerando o somatório da reservar acima mencionadas deduzindo o saldo devedor da dívida apurada, confessada e em fase de pagamento no valor de **R\$ 1.566.521,29** o (saldo de conta corrente + mais aplicações financeiras + dação de pagamento) teremos a Reserva Matemática Líquida Atuarial de **R\$ 120.526.866,79**, ser constituída de acordo com a legislação em vigor.

Valor a Amortizar	
Descrição	R\$
Benefício a Conceder	R\$ 120.504.210,44
Benefícios Concedidos	R\$ 90.248.733,37
Provisão Matemática Total	R\$ 210.842.943,81
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente	R\$ 25.115.697,90
Valor Atual das Contribuições Futuras do Servidor	R\$ 10.839.724,70
Valor Atual das Contribuições Futuras Acima Teto (Concedidos)	R\$ 0,00
% Ineficiência Financeira para Cobrir Déficit Atuarial - Amortização (1)	R\$ 45.124.398,69
Valor Atual das Contribuições Futuras Acima Teto (Conceder)	R\$ 0,00
Ativo do Plano (Conta Corrente e Aplicações)	R\$ 6.870.776,45
Estimativa de Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
Dívida Apurada e Confessada (sendo paga) - ED	R\$ 1.566.521,29
Dação de Pagamento e Outras Créditos	R\$ 0,00
Valor Técnico Total a Amortizar	R\$ 120.526.866,79

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Compensação Previdenciária tem a finalidade de evitar que o regime concedente seja financeiramente prejudicado, face mecanismo que tem por objetivo distribuir o ônus do pagamento do benefício entre cada um dos regimes previdenciários, cujo tempo de filiação foi considerado na concessão do referido benefício a ser pago, o que está estabelecido na Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

compensação previdenciária, na data base ; e, para possibilitar uma avaliação mais próxima a realidade, o Instituto / Fundo de Previdência deve manter atualizado o cadastro do Tempo de contribuição anterior ao RPPS.

ESTIMATIVA DA RESERVA A AMORTIZAR - TEMPO PASSADO				
VACPaC = VALOR ATUAL DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA A RECEBER				
50,32%	0,00%	40,68%		
18,32%	0,00%	15,32%	Ajuste 30,45% de	80,32%
39,00%	0,00%	56,00%		Dívida Passada Estimada Fundo
				85,00%
PMBaC	VACPaC	Dívida Estimada RPPS	Estimativa COMPREV	Dívida RPPS
R\$ 120.894.210,44	R\$ 36.798.412,60	R\$ 79.301.927,83	R\$ 0,00	R\$ 83.838.797,84
CONCEDIDO				
38,12%	0,00%	47,38%		
0,00%	0,00%	0,00%		38,12%
38,12%	0,00%	47,38%		Dívida Passada Estimada Fundo
				87,50%
PMBc	VACFc	Dívida Estimada RPPS	Estimativa COMPREV	Dívida RPPS
R\$ 90.248.733,37	R\$ 0,00	R\$ 79.049.073,24	R\$ 0,00	R\$ 90.248.733,37
VACFR E CONCEDIDO				
PMBaC e PMBc	VACPaC e VACFc	Estimativa COMPREV RPPS	Estimativa de Compensação COMPREV	Dívida RPPS
R\$ 120.894.210,44	R\$ 36.798.412,60	R\$ 79.301.927,83	R\$ 0,00	R\$ 83.838.797,84
R\$ 90.248.733,37	R\$ 0,00	R\$ 79.049.073,24	R\$ 0,00	R\$ 90.248.733,37
R\$ 210.842.943,81	R\$ 36.798.412,60	R\$ 157.441.001,07	R\$ 0,00	R\$ 174.087.531,21
			ATIVOS	R\$ 6.870.776,45
Saldo Devedor da Dívida, sendo confessada e será paga		DÍVIDA / RPPS		R\$ 1.566.521,29
% Ineficiência Financeira para Cobrir Déficit Atuarial - Amortização (1)				R\$ 45.124.398,69
§ 9º do Art 11 da Portaria MPS 465 de 19 de dezembro de 2008 - 10%			COMPREV	R\$ 0,00
			Estimativa da Reserva a Amortizar - Tempo Passado	R\$ 120.526.866,79

Obs.: Se o valor do COMPREV estiver zerado, significa que não há Convênio de COMPREV.

ALÍQUOTA DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIA

Sem considerar o plano de equacionamento do déficit teremos a alíquota de contribuição previdenciária total de **132,07%** já acrescida da alíquota do custo suplementar uniforme de **80,42%**, conforme quadro abaixo:

Alíquotas	Descrição
Básica	51,65% Alíquota de contribuição previdenciária pura
Custo Suplementar	80,42% Alíquota de contribuição do tempo passado Uniforme
Total	132,07% Alíquota total de contribuição sem a Taxa de Administração

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORAIS, WILMAR PARES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
 Acesso em: https://tce.tcece.pe.gov.br/epf/validarDoc.aspx?codigo_documento=1853715-9b32-4f32-b64c-c84783ca2d0a

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Para os primeiros 5 anos, considerando o Plano de Equacionamento do Déficit Atuarial, face os recursos disponíveis da Prefeitura, teremos uma alíquota total de 38,00% conforme quadro abaixo, sem incluir as despesas administrativas máxima de 2%, para a longo prazo estabelecer, teoricamente, o equilíbrio atuarial e financeiro do RPPS, 50,00% da folha de benefícios dos aposentados e pensionistas do RPPS.

ALÍQUOTA DE CUSTEIO DO REGIME + TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

CUSTOS ANUAIS		
Folha Salarial dos Apos. e Inat.		R\$ 396.540,00
Contribuição de Inativos do Tesouro		R\$ 0,00
Destinação	Costo Mensal	Alíquota
Aposentadoria por Idade/Computação/Tempo de Contribuição	R\$ 220.812,74	24,53%
Aposentadoria por Inatividade	R\$ 11.130,90	1,19%
Penção por Morte de Apos.	R\$ 27.145,41	2,92%
Penção por Morte de Inativos - Morte de Aposentados por Idade/Computação/Tempo de Contribuição	R\$ 0,00	0,00%
Penção por Morte de Aposentados por Inatividade	R\$ 17.704,11	1,87%
Auxílio Doença	R\$ 23.404,85	2,51%
Costo Total Puro Mensal	R\$ 330.097,01	33,00%
Costo Total Puro Anual + Contribuição Inativo		R\$ 4.015.564,04
Custo Suplementar Anual		
Destinação	Costo Anual	Alíquota
Aposentadoria por Idade/Computação/Tempo de Contribuição	R\$ 930.036,32	4,19%
Aposentadoria por Inatividade	R\$ 24.702,96	0,27%
Penção por Morte de Apos.	R\$ 31.984,61	0,37%
Penção por Morte de Inativos - Morte de Aposentados por Idade/Computação/Tempo de Contribuição	R\$ 0,00	0,00%
Penção por Morte de Aposentados por Inatividade	R\$ 30.707,77	0,35%
Costo Suplementar Total Anual	R\$ 1.027.431,66	8,00%
Custo Permitido como Despesa de Administração do Fundo de Previdência - RPPS		
Folha Salarial dos Apos. Inativos e Pensionistas		R\$ 1.512.600,07
Destinação	Costo Anual	Taxa
Costo Permitido para Administração - RPPS Anual	R\$ 303.263,60	2,00%

Cita: A taxa de administração poderá ser até 0% até 2% da Folha Salarial dos Apos. Inativos e Pensionistas.
O Ente deve efetuar pagamento inafectado trimestralmente e **80,00%** da folha benefícios Aposentados e Penção

Ressaltamos que não foi realizado o censo dos servidores municipais para aferir o tempo real de serviço passado.

Não há previsão para realização de concurso público para o preenchimento de vagas, conforme informações prestadas pelo Fundo Previdenciário.

OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

- O Gestor do Fundo de Previdência deverá manter o cadastro dos servidores ativos efetivos (excluindo-se os comissionados e contratados) vinculados ao RPPS, desde o momento que começou a contribuir para previdência social (RGPS e RPPS), para que na próxima reavaliação atuarial; o tempo correto de serviço passado continue a ser informado, o que acarretará um resultado mais próximo da realidade, e, como sugestão seguem os formulários que facilitarão a coleta de dados.
 Como sugestão para um melhor controle dos dados dos servidores a Prefeitura deve procurar implantar o programa gratuito do MPS o [SIPREV/Gestão RPPS - Sistema Previdenciário de Gestão de RPPS](http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1082) (<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1082>).
- O Instituto de Previdência Municipal deverá garantir pleno acesso dos participantes as informações relativas a gestão do regime e participação de representantes dos servidores ativos efetivos (excluindo-se os comissionados e contratados) e inativos nos colegiados e instâncias de decisão em que os interesses sejam objetos de discussão e deliberação.
- Com a possibilidade, teórica, da existência de riscos iminentes, poderá o Município realizar concurso público evitando, preferencialmente, cargos comissionados, certamente refletirá no plano de custeio, com o aumento da folha salarial, acarretando uma receita maior de contribuições previdenciárias e possível redução às taxas contributivas, para massa participante, contratados lembrando que, normalmente, população composta de servidores ativos com idade média acima de 40 anos acarretará, possível aumento da alíquota do Ente.
- Deve providenciar o registro contábil individualizado das contribuições de cada Servidor e do Ente Público, conforme diretrizes gerais, além de identificação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo e pensionista, bem como os encargos incidentes sobre os proventos de pensões pagas;
- Como ferramenta facilitadora do processo, o Instituto poderá manter uma conta corrente, para movimentar o repasse dos 2% para despesa administrativa e outra conta corrente para depósito dos repasses das contribuições previdenciárias, cujo saldo, somente, poderá ser utilizado para pagamento de benefícios previdenciários.
- Qualquer alteração de parâmetro na concessão de benefícios ou no reajuste do mesmo, por parte da Diretoria do Instituto de Previdência do requerer prévio estudo atuarial, como meio de averiguação do impacto no Plano de Benefícios. A inobservância deste princípio, além de invalidar o Plano de Benefícios, poderá vir a afetar seriamente o Instituto, na medida em que o mesmo poderá assumir compromissos para com os participantes nos quais não exista fonte de custeio prevista e/ou não haja recursos disponíveis.
- Averiguar também a concessão de benefícios, não oferecendo benefícios para quem não possui direito, observando sempre se o benefício será de caráter integral ou proporcional, de acordo com

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORAIS, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
 Acesso em: <https://tce.tcece.pe.gov.br/eppp/validarDoc.aspx?documento=18c3c715-9b32-4132-a684c-c8f4783ca2d0a>

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

o tempo e contribuição, mantendo um bom controle em relação aos benefícios temporários, como pensão por morte paga aos filhos não inválidos, auxílios doenças e outros;

- As receitas de contribuição deverão obedecer a uma regularidade a ser auferida pelo Instituto, tendo em vista que as receitas lançadas e não efetivadas pelo Ente Público deverão ser corrigidas monetariamente pelo Índice Monetário adotado e acrescidas de juros de acordo com a legislação vigente, a partir das datas que foram devidas. A falta de repasse, ou seja, há não incorporação ao Instituto garantidor de benefícios resultam em déficit futuro, certo e previsível.

- Os recursos dos regimes próprios de previdência social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições da resolução CMN nº. 3.922, de 25 de novembro de 2010, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, devendo os Gestores ter qualificação, conforme Portaria MPG 155 de 15 de maio de 2009.

- A Avaliação ou Reavaliação Atuarial é baseada nas informações fornecidas pela Prefeitura/RPPS, responsáveis pela veracidade dos mesmos, e, eventuais alterações nesses dados poderão refletir nos resultados das avaliações futuras.

Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Não houve.

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social/capital social	0,00	3.064.877,16
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas	0,00	0,00
Resultado acumulado	27.808.916,65	20.876.372,34
Resultado do exercício (P)	3.867.667,15	7.990.744,87
Resultado de exercícios anteriores (P)	23.941.249,50	12.885.627,47
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Outros resultados	0,00	0,00
Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.808.916,65	23.941.249,50

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez em 2019 o valor de **R\$ 27.808.916,65**. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de **R\$ 23.941.249,50**. O Resultado do Exercício foi no valor de **R\$ 3.867.667,15**. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	23.941.249,50
Resultado do Exercício	3.867.667,15
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.808.916,65

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO (Nota 26)	20.511.347,10	20.258.168,72
ATIVO PERMANENTE (Nota 27)	34.905.089,98	31.772.510,54
SALDO PATRIMONIAL (Nota 30)		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO FINANCEIRO (Nota 28)	15.381.835,53	21.081.751,86
PASSIVO PERMANENTE (Nota 29)	12.225.684,90	11.541.432,87
	27.808.916,65	19.407.494,53

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam **R\$ 20.511.347,10**.

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesso em: <https://tce.tcece.br/pe.gov.br/pepp/validarDoc.aspx?Codigo=documento-1832715-9032-4f32-864c-684783ca2a0a>

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 34.905.089,98**.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de **R\$ 15.381.835,53**, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de **R\$ 0,00** perfazem o total de **R\$ 15.381.835,53**.

Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Os Passivos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 12.225.684,90**.

Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (SALDO PATRIMONIAL): O total do Superávit Financeiro do exercício de 2019, foi **R\$ 27.808.916,65**.

Especificação Saldo dos atos potenciais do ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação Saldo dos atos potenciais do passivo (Nota 31)	Exercício Atual	Exercício Anterior
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	356.081,72	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	356.081,72	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	356.081,72	0,00

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: O valor do saldo registrado dos contratos a executar ao final 2019, com prazos vencidos até 31/12/2020 foi de **R\$ 356.081,72**.

00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-4.156.327,88	-7.288.699,62
01 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	-2.694.597,34	-3.018.927,40
02 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE	-1.699.699,39	-1.735.750,74
03 - CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS (PATRONAL, SERVIDORES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA)	0,00	6.235.658,09
04 - CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS (PATRONAL, SERVIDORES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA)	5.599.692,32	0,00
18 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO)	-1.084.540,05	-1.272.003,02
19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	-1.368.992,92	-752.452,19
32 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - UNIÃO/EDUCAÇÃO	-19.707,94	-19.826,11
33 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - UNIÃO/SAÚDE	0,00	101.201,40
34 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)	22.730,55	-1.431.154,65
35 - TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	-455.844,37	-356.212,54
36 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	-111.233,16	-215.221,64
37 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIO)	10.906.468,99	10.165.000,58
38 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	-929.762,72	-1.235.195,30
80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	1.121.325,48	0,00
TOTAL	5.129.511,57	-823.583,14

Nota 32) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64): O valor apurado ao final do exercício de 2019 foi de R\$ 5.129.511,57, (superavitário), sendo R\$ 4.156.327,88 (negativo) de recursos próprios e R\$ 9.285.839,45 (positivo) de recursos vinculados.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

As contas com valores negativos foram as seguintes: RECURSOS ORDINÁRIOS R\$ -4.156.327,88; RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO R\$ -2.694.597,34; RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE R\$ -1.699.699,39; TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO) R\$ -1.084.540,05; TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA) R\$ -1.368.992,92; TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - UNIÃO/EDUCAÇÃO R\$ -19.707,94; TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO R\$ -455.844,37; SALÁRIO-EDUCAÇÃO R\$ -111.233,16; TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO R\$ -929.762,72. Estes valores representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros. Sugerimos na qualidade de consultoria contábil que o controle interno adote as medidas necessárias junto aos gestores e tesoureiros para a obediência as regras estabelecidas para o gerenciamento mensal das fontes/destinação de recursos.

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
 Acesso em: <https://tce.tcece.pe.gov.br/pt/validarDoc.aspx?CodigoDocumento=1832715-9032-4132-684c-c84783ca2a0a>

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não houve registro de passivos contingentes.
d.2. Divulgações não financeiras: Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).
d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).
d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2019
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2019
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 066/2019 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis: Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.
h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito: Não houve no exercício de 2019 bens recebidos por doação.
h.4. Transferência de Ativos:

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesso em: https://stce.tce.pe.gov.br/ep/validarDoc.seam?Codigo_documento=1833715-9b32-4f22-884c-c84783c2200a

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.
h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito: Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2019.
h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos: Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.
h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão: Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.
DESCRIÇÃO DOS EVENTOS QUE LEVARAM AO RECONHECIMENTO DE INSERVIBILIDADE DE BENS EXCLUSIVAMENTE COM REGISTRO DE PERDA
Não houve perda de bens por inservibilidade.
h.8. Relação de Provisões e Passivos Contingentes: Não houve durante o exercício de 2019, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.
h.9. Informações de Passivos Contingentes: Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.
h.10. Perdas da Dívida Ativa: Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2019.
h.11. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.
h.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105): Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.
h.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário Sr. Alcir Antônio de Azevedo, MIBA nº 548.
h.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 8ª Edição): Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.
h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado: Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado
h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.
h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.
h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106): Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.
h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.
h. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2019.
h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107): Não Houve.
h. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105): Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.
h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): Não Houve
h. 24. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):
NATUREZA DO ATIVO QUE SOFREU O TESTE: Não houve teste de imparidade durante o exercício de 2019.

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Acesso em: https://tce.tce.tce.pe.gov.br/epi/validarDoc.aspx?codigo_documento=1833715-9032-4132-684-684783ca2a0a

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
 Acesso em: https://stce.tce.pe.gov.br/epi/validarDoc.seam Código do documento: 183c715-9b32-4f32-b84c-c84783ca2d0a

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
 Acesso em: https://tce.tce.pe.gov.br/ep/validadoc.seam Código do documento: 183c715-9b32-4f32-2b84c-e84783ca2d0a

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Documento Assinado Digitalmente por: CICERO FERNANDO ALVES MORATO, WILMAR PIRES BEZERRA, FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
 Acesso em: https://tcece.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam Código do documento: 183c715-9b32-4f32-b84c-e84783ca2d0a

Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
 Prefeito

WILMAR PIRES BEZERRA
 Contador
 CRC-PE Nº 015662/O-2